



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº _____, DE 2020 (do Sr. Pompeo de Mattos)

Altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, que instituiu o Pronampe para permitir que os Microempreendedores Individuais – MEIs, também possam acessar os recursos destinados ao fortalecimento dos pequenos negócios.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º O Pronampe é destinado às pessoas a que se referem os incisos I e II do caput do art. 3º **e o art. 18-A** da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, considerada a receita bruta auferida no exercício de 2019.

§ 1º A linha de crédito concedida no âmbito do Pronampe corresponderá, **no caso das microempresas e empresas de pequeno porte**, a até 30% (trinta por cento) da receita bruta anual calculada com base no exercício de 2019, salvo no caso das empresas que tenham menos de 1 (um) ano de funcionamento, hipótese em que o limite do empréstimo corresponderá a até 50% (cinquenta por cento) do seu capital social ou a até 30% (trinta por cento) da média de seu faturamento mensal apurado desde o início de suas atividades, o que for mais vantajoso.

§ 1º-A A linha de crédito concedida no âmbito do Pronampe ao Microempreendedor Individual - MEI corresponderá a até 30% (trinta por cento) da receita bruta anual calculada com base no exercício de 2019, salvo no caso empresário que tenha iniciado as atividades no decorrer de





CÂMARA DOS DEPUTADOS

2019, hipótese em que o limite do empréstimo corresponderá a até 30% (trinta por cento) da média da sua receita bruta mensal apurada desde o início de suas atividades.

...

§ 10. Os recursos recebidos **nos termos do §1º** servirão ao financiamento da atividade empresarial nas suas diversas dimensões e poderão ser utilizados para investimentos e para capital de giro isolado e associado, vedada a sua destinação para distribuição de lucros e dividendos entre os sócios.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei que apresentamos tem o objetivo de incluir os Microempreendedores Individuais – MEI no Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe).

O Pronampe que é um instrumento de defesa e proteção de micro e pequenos empresários, foi construído de forma muito propositiva dentro do Congresso Nacional, numa demonstração de que, quando há bom senso e boa vontade, todos podem ajudar a construir um Brasil melhor.

O Pronampe veio para auxiliar os milhões de micro e pequenos empresários que temos no país. Mas temos também um contingente de 10 milhões de MEIs que precisam de apoio e ajuda neste momento difícil que vivemos.

Segundo dados do Portal do Empreendedor, no dia 25 de abril de 2020 o Brasil ultrapassou a marca de 10 milhões de MEIs (microempreendedores individuais), com o registro de mais 586 mil novas adesões nos 4 primeiros meses de 2020. Só em abril, foram 98.000 novos registros desta categoria de empreendedores.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Segundo dados do Sebrae, estima-se que cerca de três milhões e meio de MEIs vão se beneficiar do auxílio emergencial, ficando os demais, expostos a própria sorte.

Por conta desta situação que este projeto de lei ganha destaque e importância no atual momento de país, por se apresentar como uma alternativa para dar sustentabilidade aos negócios desenvolvidos por seis milhões e meio de microempreendedores individuais.

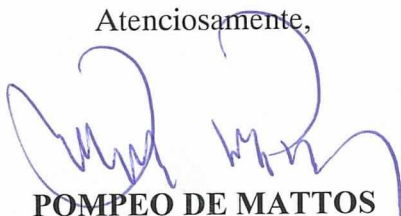
São mulheres e homens que dependem de seus pequenos negócios para se sustentar e as suas famílias, por isso sua inclusão no Pronampe será decisiva para a continuidade de suas atividades.

Por fim cabe destacar que esta proposição não apresenta impacto orçamentário financeiro, pois os recursos a serem acessados pelos microempreendedores individuais são os mesmos que se encontram previstos no art. 6º da Lei nº 13,999, de 18 de maio de 2020¹, e que por sinal, no momento se encontram subutilizados.

Forte nestas razões, espero contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto de lei tão importante para o fortalecimento dos negócios de nossos microempreendedores individuais.

Sala da Sessões, de maio de 2020.

Atenciosamente,


POMPEO DE MATTOS
Deputado Federal
PDT/RS

1 Art. 6º A União aumentará sua participação no FGO em R\$ **15.900.000.000,00 (quinze bilhões e novecentos milhões de reais)**, independentemente do limite estabelecido nos arts. 7º e 8º da Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, exclusivamente para cobertura das operações contratadas no âmbito do Pronampe.

